

A questão da dívida pública passa pelo uso eficiente dos recursos

Aluisio Alves e
Dimalice Nunes/InvestNews
de São Paulo

O uso eficiente dos recursos estatais deveria estar no centro do debate sobre a dívida pública brasileira, de acordo com o ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan. "O aumento da eficiência ainda não ganhou a importância que deveria", disse Malan, para mostrar que o ponto é mais importante que discutir formas de reduzir a relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB) ou a melhor forma de cortar os gastos públicos.

Segundo Malan, as maneiras tradicionais de o governo obter recursos adicionais para pagar parte da dívida, como imposto inflacionário ou elevação de impostos, hoje são inviáveis. Para o ex-ministro, as enormes demandas sociais do País impedem uma redução expressiva dos gastos públicos. Ele também defendeu o mecanismo das Parcerias Público-Privadas (PPPs) como forma de atrair os recursos necessários do setor privado para a área de infraestrutura.

Já para o ex-presidente do Banco Central (BC), Afonso Celso Pastore, qualquer afrouxamento do compromisso com o superávit primário levaria à percepção de insustentabilidade, o que pode levar a uma crise. "Como os choques externos acabam afetando o câmbio real, o superávit primário tem de ser controlado para garantir a redução da dívida pública", disse Pastore.

Segundo ele, a estratégia correta para reduzir a relação dívida/PIB é elevar o superávit primário. "No momento em que os mercados percebem que esta é a trajetória, há uma redução clara da percepção de risco, o que leva a uma queda dos juros e à elevação dos fluxos de capitais, estabilizando o câmbio."

Pastore discordou do método do atual governo para garantir o aumento do superávit primário, e disse que o importante é reduzir gastos,

não aumentar a arrecadação. Quando questionado sobre de onde o governo poderia cortar esses gastos, o economista disse que essa economia deve vir principalmente da reforma da previdência e da redução dos gastos com a máquina pública.

"Todo o ajuste fiscal feito nos últimos anos no Brasil foi baseado no aumento da carga tributária, mas não dá mais para aumentar", disse o professor do Ibmecc, Eduardo Andrade. Diante disso, segundo o economista, a saída seria reduzir gastos para manter o compromisso com o superávit primário. No entanto, "não há espaço político para cortar gastos", afirmou o economista. "Estamos numa encruzilhada", disse.

O professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) Marcio Garcia apresentou um trabalho que propõe que o Brasil pode reduzir a relação dívida/PIB se usar mecanismos que identificam os fatores que podem tornar a trajetória do endividamento insustentável. O modelo desenvolvido por Garcia se concentra no estabelecimento de projeções de quadros de estresse, e quais as medidas que deveriam ser tomadas para evitar que a deterioração dos indicadores elevassem a relação dívida/PIB superasse os 75% o que, teoricamente, tornaria o quadro insustentável.

"Primeiro é preciso admitir que a dívida pública dos países emergentes sempre corre o risco de atingir uma dinâmica insustentável", disse Garcia. Ou seja, ao mostrar ao mercado a possibilidade de sua dívida se tornar impagável, por causa dos efeitos de crises externas, o governo apresentaria as medidas para combater os cenários de estresse. Essa antecipação serviria como meio de conquistar a confiança do mercado.

Malan, Pastore, Andrade e Garcia participaram ontem do Seminário Internacional de Política Fiscal, promovido pelo Ibmecc.



Pedro Malan